



CPS
Compras Públicas na Saúde

EDIÇÃO ESPECIAL

N.º 23 BOLETIM INFORMATIVO

Dezembro 2017



Notícias



Informações

Conheça as novidades

Mantenha-se informado com o
Boletim das Compras Públicas da Saúde!



EDITORIAL

Em matéria de Compras Públicas, a SPMS, EPE tem apostado numa estratégia diferenciadora e tem vindo a assumir, desde 2015, novas competências, sendo considerada uma referência nacional e com elevado reconhecimento europeu, pela experiência e boas práticas que implementa.

Em 2017 realiza-se a 4ª edição do Seminário de Compras Públicas na Saúde, tendo como ponto de partida os novos conceitos, princípios, novas regras e diferentes visões centradas nas alterações ao Código dos Contratos Públicos, cuja entrada em vigor é no dia 01 de janeiro de 2018.

Fomentar o debate e contribuir para o esclarecimento de questões essenciais sobre o novo Código, promover o diálogo e a comunicação entre todas as instituições que integram o Ministério da Saúde, e entre os setores privado e público, é uma das finalidades deste evento, um espaço de debate e reflexão sobre contratação pública.

O novo Código dos Contratos Públicos pretende simplificar, desburocratizar e flexibilizar os procedimentos de formação de contratos públicos, aumentar a eficiência da despesa pública e facilitar o acesso aos contratos públicos. No entanto, a gestão da mudança poderá ser complexa e difícil para algumas entidades, impondo-se a realização do “IV Seminário Compras Públicas na Saúde – Novo Código dos Contratos Públicos & 1º EPeP European Public eProcurement”, como contributo fundamental para esclarecer e analisar o novo Código.

Temáticas relacionadas com consultas preliminares ao mercado, ajuste direto e consulta prévia, princípio da concorrência, regulação dos mercados, regime dos Acordos-Quadro,



a proposta mais vantajosa, parcerias para a inovação, entre outras questões pertinentes, vão ser apresentadas e debatidas por especialistas nacionais e de outros países europeus.

Com competências em duas áreas distintas, as compras públicas e os sistemas de informação, a SPMS, EPE recorre aos seus próprios instrumentos tecnológicos para apoiar o processo aquisitivo, o que tem sido uma mais-valia no mercado global em que nos movemos. As plataformas eletrónicas são exemplo disso, permitindo desmaterializar procedimentos e tornando mais transparente e eficiente o processo aquisitivo por via eletrónica.

De facto, a inovação e a transformação digital, processo liderado pela SPMS, EPE no setor da Saúde, são vitais numa economia digital cada vez mais exigente e, obviamente, temas obrigatórios neste Seminário.

Destacando-se no processo aquisitivo público, na otimização de recursos, em serviços partilhados e numa gestão eficiente, a SPMS, EPE alcançou, nos anos de 2016 e 2017, poupanças significativas, não só para o Ministério da Saúde, como para todos os portugueses. Em 2018, reduzir a despesa e criar mais valor continua a ser o nosso compromisso.

É com sentido e espírito de serviço público que o convidamos a participar no “IV Seminário de Compras Públicas”, no Auditório da Universidade Nova de Lisboa, nos dias 5 e 6 de dezembro.

Seja bem-vindo!



Artur Trindade Mimoso
Vogal Executivo Serviços
Partilhados o Ministério
da Saúde, EPE.

DIA 5

09:30

Sessão de Abertura



Adalberto Campos Fernandes |
Ministro da Saúde



Guilherme W. d'Oliveira Martins |
Secretário de Estado das
Infraestruturas *(a confirmar)*



Juiz Conselheiro Vítor Caldeira |
Presidente do Tribunal de Contas

10:00

Alteração ao Código dos Contratos Públicos



Rui Medeiros | Faculdade de Direito
da Universidade Católica de Lisboa

10:15

O critério de adjudicação: o conceito de proposta economicamente mais vantajosa



João Amaral e Almeida | Faculdade
de Direito da Univ. Católica de Lisboa

10:30

Os novos conceitos da contratação pública – motivos formais e materiais de exclusão



Pedro Fernández Sánchez |
Faculdade de Direito da
Univ. Católica de Lisboa

10:45

Parcerias para a Inovação



Luís Verde Sousa | Faculdade
de Direito da Universidade de
Coimbra

11:00

Coffee Break

11:30

Novo Regime de Acordos Quadro?



Artur Trindade Mimoso |
Serviços Partilhados do
Ministério da Saúde

11:45

Como melhorar a contratação pública na Saúde com as Diretivas de 2014 e o DL 111/B de 2017



Luís Valadares Tavares |
APMEP

12:00

O Ajuste Direto e a Consulta Prévia



Vera Eiró | Faculdade de
Direito da Universidade Nova
de Lisboa

12:15

Novos princípios no Código dos Contratos Públicos?



Cláudia Trabuco | Faculdade
de Direito da Universidade
Nova de Lisboa

12:30

Almoço

14:00

Aquisição centralizada com outros Estados-membro



Sérgio Ribeiro | BAS, Sociedade de
Advogados, SP, RL

14:15

O regime da modificação contratual



Rodrigo Esteves de Oliveira | Vieira
de Almeida & Associados

14:30

Cessão forçada da posição contratual por incumprimento



Miguel Navarro de Castro | Miranda
& Associados

14:45

As consultas preliminares ao mercado, os impedimentos e a sua relevação



Miguel Assis Raimundo |
Faculdade de Direito de
Lisboa

15:00

O Concurso Público e o Concurso Limitado por Prévia Qualificação



Margarida Olazabal Cabral |
Morais Leitão, Galvão Teles,
Soares da Silva & Associados

15:15

Regulação dos mercados públicos



Fernando Silva | Presidente
do Conselho Diretivo IMPIC

15:30

Concorrência na contratação pública



Maria João Melícias |
Administradora da
Autoridade da Concorrência

15:45

1º Best Practice Awards Public Procurement

16:15

Encerramento



Henrique Gil Martins |
Presidente do Conselho de
Administração dos Serviços
Partilhados do Ministério da
Saúde

O SNS está preparado para as exigências que decorrem da alteração do Código dos Contratos Públicos?

Sandra Sousa: Relativamente a esse aspeto, não tenho dúvidas. Os desafios ao SNS têm sido muitos e, nesta área, mais do que muitos. Nos últimos anos, o regime de contratação pública tem sido alvo de reformas significativas. A publicação do Decreto-Lei nº 149/2012 e da Lei nº 8/2012, (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) são exemplos claros dessas exigências.

Estes diplomas tiveram grande impacto nos sectores de aquisições, uma vez que, antes da sua publicação, os procedimentos pré-contratuais se regiam por regulamentos internos de compras (dentro dos limites impostos pelas Diretivas Europeias que regulam a contratação pública). Não foi por isso que as coisas correram mal, tendo em conta as exigências acrescidas.

Os serviços do SNS têm revelado uma enorme capacidade para se adaptarem a novas situações, mesmo que, muitas vezes, não disponham de recursos à altura das exigências que lhe são impostas.

As compras públicas centralizadas assumem-se como uma estratégia para o setor da Saúde em Portugal. Quais são as mais-valias desta estratégia de centralização?

O CHUC, EPE já funcionou como entidade mandatada para efetuar compras de medicamentos para a região centro, num projeto coordenado pela ARS do Centro, pelo que tem a noção

clara das vantagens das compras centralizadas, principalmente para as unidades de saúde de pequena dimensão, que não têm o mesmo poder negocial das grandes unidades. Também tem noção das dificuldades inerentes, nomeadamente a nível da celeridade dos procedimentos.

A nível nacional, as vantagens são de maior impacto, mas as dificuldades são acrescidas. É necessário imprimir maior eficiência aos processos através de um sistema de informação dinâmico, em constante atualização, e de fácil acesso às partes envolvidas.

O facto de a central de compras ficar longe do utilizador final faz com que, por vezes, o processo não seja tão ágil e provoque as ineficiências que as compras centralizadas pretendem evitar, como a multiplicação de procedimentos pré-contratuais.

Estou certa, no entanto, de que com a experiência obtida, estas fragilidades se vão atenuando através de uma planificação atempada e concertada.

Como prevê o futuro das Compras Centralizadas no SNS?

É necessário monitorizar todo o processo das compras centralizadas, contabilizar as mais-valias, avaliar se os utilizadores finais estão satisfeitos com o processo e o que pode ser melhorado, antes de fazer previsões. Por vezes, achamos que os projetos têm mais-valias inquestionáveis, mas, no final, não analisamos os resultados. E não me refiro a resultados económico-financeiros, até porque a avaliação que tem sido divulgada, a nível nacional, demonstra resultados positivos.

Uma outra vantagem apontada é o atenuar dos processos burocráticos. No entanto, a centralização, por condicionantes várias, poderá ter o efeito oposto e ser causa de desperdício e de duplicação de procedimentos, como já referi.

A título de exemplo, a imposição de apenas ser possível a aquisição para as necessidades imediatas dos doentes, enquanto o processo centralizado não está concluído (compras para 30 dias) nas unidades de saúde de grande dimensão, o que implica uma multiplicação de procedimentos que poderia ser evitada se os hospitais pudessem ter autonomia para decidir o período temporal da compra, tendo em conta a informação prestada pela SPMS sobre o estado do processo de aquisição centralizada.

Como está organizado o Serviço de Aprovisionamento do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra?

O Serviço de Aprovisionamento do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, face à sua dimensão, está organizado em três Sectores de Aquisições, com três responsáveis distintos: o Sector de Aquisições de Medicamentos, Reagentes e outros Produtos Farmacêuticos, pelo qual sou responsável; o Sector de Aquisições de Material de Consumo Clínico, Hoteleiro, Administrativo e de Manutenção e Conservação; o Sector de Aquisições de Investimentos e Prestações de Serviços e o Sector de Logística.

O processo de fusão das três grandes unidades prestadoras de cuidados de saúde que agora constituem o CHUC, EPE (Hospitais da Universidade de Coimbra, Centro Hospitalar de



ENTREVISTA

Sandra Sousa

Administradora Hospitalar
Sector de Aquisições de Medicamentos
e Reagentes do Centro Hospitalar e
Universitário de Coimbra, EPE

Coimbra e Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra) e dos seus serviços de aprovisionamento, em concreto, com aplicações informáticas distintas e uma multiplicidade de artigos que foi preciso harmonizar, foi bastante complexo. Constitui, no entanto, a prova de que os serviços do SNS se conseguem superar. Desde 2014 que as compras de medicamentos, reagentes e outros produtos farmacêuticos são efetuadas de forma centralizada para todos os polos do CHUC, EPE. Este sector funciona em estreita ligação com os Serviços Farmacêuticos e todas as áreas laboratoriais, movimenta quase 120 milhões de euros e efetua mais de 3000 procedimentos pré-contratuais por ano.

Tudo isto só é possível graças aos seus profissionais, pelo que não posso deixar de louvar a dedicação e a capacidade de trabalho que tiveram para chegar até aqui, e sempre que as exigências legislativas se adensaram. São profissionais que trabalham numa área exigente e de grande responsabilidade.

De que forma a relação entre a SPMS, EPE e a sua instituição poderá ser melhorada?

O relacionamento corrente do CHUC, EPE com a SPMS é o mais cordial possível e o atendimento por parte da SPMS é exemplar. No entanto, existem aspetos de fundo a melhorar com a colaboração de todos os envolvidos no processo. O CHUC, EPE é um centro de referência para dezoito patologias, possui cinco urgências abertas, quase 1900 camas. Não funciona num ambiente controlado. É necessário ter flexibilidade e rapidez na resposta quando

está em causa a prestação de cuidados de saúde, pelo que o atraso nas adjudicações é, sem dúvida, o principal aspeto a melhorar. ■



Equipa do Sector de Aquisições de Medicamentos, Reagentes e outros Produtos Farmacêuticos



Assistentes técnicos do Sector de Aprovisionamento e Gestão de Stocks dos Serviços Farmacêuticos



SPMS DINAMIZA COMPRA CENTRALIZADA DE VMER Renovação do parque do INEM

O Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca foi palco da cerimónia de entrega de novas Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação (VMER), a 21 instituições hospitalares, que decorreu no dia 22 de novembro.

A compra centralizada de 22 VMERS é o resultado de um processo aquisitivo desenvolvido pela SPMS, EPE em tempo recorde.

Na cerimónia de entrega, Henrique Martins, presidente do Conselho de Administração da SPMS destacou a rede de sinergias no Ministério da Saúde, nomeadamente com o INEM e na resposta rápida dos dirigentes das unidades hospitalares, simplificando e agilizando todo o processo aquisitivo, e em cumprimento com os procedimentos definidos pelo Código de Contratos Públicos (CCP).

“É um dia especial para a SPMS”, frisou Henrique Martins, num elogio à equipa da área das compras públicas, sublinhando ainda que “a SPMS é a melhor central de compras do país.” A rapidez com que o processo decorreu, além de poupar tempo, reduziu custos, o que permitiu alcançar fortes ganhos para o sistema de saúde nacional.

Com impacto direto na melhoria de resposta aos pedidos urgentes de assistência médica por parte dos cidadãos, a renovação da frota de VMER do INEM vem incrementar a prestação de cuidados de saúde. Através de um transporte

rápido e de uma ação eficiente na prestação de cuidados pré-hospitalares ao cidadão, garantem-se elevados padrões de qualidade e a segurança dos operacionais e dos utilizadores da via pública.

O secretário de Estado Adjunto da Saúde, Fernando Araújo, encerrou a cerimónia e realçou a excelência dos profissionais do Serviço Nacional de Saúde, referindo também o papel relevante que a SPMS, EPE desempenha, nomeadamente na gestão da frota no setor da saúde.

A renovação de VMERS integra o plano de revitalização traçado pelo Ministério da Saúde para o INEM. ■



Dirigentes da Central de Medicamentos e Artigos Médicos de Moçambique na SPMS

A SPMS, EPE recebeu no dia 21 de novembro, na sua sede em Lisboa, vários dirigentes da Central de Medicamentos e Artigos Médicos (CMAM) de Moçambique, para uma sessão de apresentação do sistema e do processo de gestão de Compras Públicas da Saúde em Portugal.

Na reunião, moderada por Artur Trindade Mimoso, vogal executivo da SPMS, e numa perspetiva colaborativa, foi possível apresentar algum do trabalho desenvolvido pela SPMS, como entidade responsável pelas compras e logística de medicamentos e artigos médicos para todas as unidades da rede do Ministério da Saúde.

A partilha de realidades e processos de organização distintos, no sistema de compras e entregas nos hospitais, foi a temática central desta reunião, reforçando a relação entre os dois países, no âmbito do Protocolo de Cooperação vigente entre ambos. ■



Reunião com representantes das compras centralizadas da CGD

Sob o tema das Compras Públicas, o vogal executivo do Conselho de Administração da SPMS, EPE, Artur Trindade Mimoso, recebeu, no dia 17 de novembro, na sede em Lisboa, representantes das compras centralizadas da Caixa Geral de Depósitos (CGD).

Nesta reunião de trabalho, Artur Trindade Mimoso apresentou as plataformas eletrónicas, e várias iniciativas que a SPMS tem desenvolvido no âmbito das compras, aos representantes das compras centralizadas da CGD, Pedro Moreno, Nuno Serra e Oliveira, Sebastião Barata e Hugo Valadares.

Sendo uma entidade de referência e responsável pelas compras públicas do setor da Saúde, a SPMS desempenha um papel estratégico na otimização de recursos existentes, em serviços partilhados e numa gestão mais eficaz e eficiente, nomeadamente através da desburocratização e agilização de processos aquisitivos.

Reconhecida pelo trabalho que tem desenvolvido na área das compras centralizadas e na transformação digital, a SPMS, EPE, mais uma vez, partilhou know how e experiência com outras entidades. ■



SPMS
EPE
Serviços Partilhados do
Ministério da Saúde

Compra centralizada de bombas de insulina garante poupança de mais de 600 mil euros

A SPMS, EPE levou a cabo um processo de compra centralizada, a nível nacional, de Dispositivos de PSCI (bombas de insulina), permitindo alcançar uma poupança superior a 600 mil euros. Este valor vai possibilitar que mais crianças possam ter acesso a Dispositivos de PSCI.

A verba poupada, resultado de um processo aquisitivo inédito, representa uma redução de 45% face ao preço base do procedimento, e de 60% face ao preço que se encontra no catálogo público de aprovisionamento.

As crianças até aos 10 anos, em lista de espera, que ainda não tiveram acesso aos novos dispositivos, irão ter até ao final deste ano ano. Na primeira fase, o alargamento do acesso a bombas de insulina abrangerá todos os utentes elegíveis para tratamento, com idade igual ou inferior a 14 anos, até ao fim de 2018. Até final de 2019 incluirá todos os utentes com idade igual ou inferior a 18 anos.

Num compromisso entre profissionais dos centros, fornecedores e utentes ficou a garantia de incluir os utentes abrangidos pelo contingente de dispositivos de 2017 até final do primeiro trimestre de 2018.

Mais uma vez, o processo de compra centralizada reduz despesa e assegura uma poupança efetiva para o Serviço Nacional de Saúde, melhorando o acesso a cuidados de saúde junto dos cidadãos. ■



SPMS e AdC promovem campanha de combate ao conluio

A Autoridade da Concorrência (AdC) apresentou, no dia 27 de novembro, na sede da SPMS, EPE, em Lisboa, uma sessão sobre o Combate ao Conluio na contratação pública.

Os dirigentes da SPMS, com responsabilidades na área da contratação pública, finanças, assuntos jurídicos e auditoria interna, tiveram oportunidade de participar nesta sessão de esclarecimento.

Com intervenções de Ana Sofia Rodrigues, economista-chefe da AdC, e Jorge Ferreira, chefe da Unidade Anti Cartel do Departamento de Práticas Restritivas, este encontro teve como objetivo a apresentação do plano estratégico da AdC para o combate ao conluio na contratação publica.

Este tipo de comportamento leva a condições menos favoráveis para o Estado, do que as que resultariam de uma concorrência efetiva, traduzindo-se em preços mais elevados, qualidade inferior e menos inovação.

Iniciativas como esta revestem-se de grande importância para entidades com responsabilidade em matéria de contratação pública.

O combate ao conluio é, desta forma, um interesse de todos, considerando que a contratação pública é financiada com o dinheiro dos contribuintes e, por essa razão, o Estado procura fazer mais e melhor por um preço mais baixo, com base na concorrência saudável entre empresas. ■



PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO 2018

A portaria n.º 248/2017, de 4 de agosto, estabelece o modelo de governação do Programa Nacional de Vacinação (PNV), bem como de outras estratégias vacinais para a proteção da saúde pública e de grupos de risco, ou em circunstâncias especiais, tendo como objetivo assegurar os seus elevados padrões de efetividade e de eficiência e, também, respetivos ganhos em saúde.

Tendo em conta o comunicado do Conselho de Ministros, de 23 de novembro de 2017, no qual consta que foi autorizada a realização da despesa inerente à celebração dos contratos de aquisição de vacinas, que integram o Programa Nacional de Vacinação de 2018, foram já lançados na plataforma eletrónica os processos aquisitivos para a formação dos contratos, visando o fornecimento das necessidades reportadas.

No âmbito do Programa Nacional de Vacinação, tinha sido efetuado o levantamento das necessidades inerentes à aquisição de vacinas para o ano de 2018, cujo montante apurado ascende a 30 milhões de euros. ■



Agregação Centralizada de Medicamentos

No âmbito do Despacho n.º 1571-B/2016, que preconiza a Agregação Centralizada, as Instituições do Serviço Nacional de Saúde remeteram as necessidades de aquisição das DCI's, objeto da mesma. Desta forma, encarregou-se a SPMS, EPE de desenvolver os procedimentos de aquisição.

De modo a melhorar o sistema de informação e partilha, bem como o planeamento para o ano de 2018, as Instituições do SNS serão informadas do ponto de situação de todos os procedimentos, tendo esta comunicação uma periodicidade quinzenal até à conclusão dos respetivos procedimentos. ■



Despacho n.º 8591-B/2016

No âmbito do Despacho 8591-B/2016, de 1 de julho, o qual **visa a implementação de uma estratégia concertada de promoção da saúde oral nos cuidados de saúde primários e, na qual, estão determinadas as bases do Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral (PNPSO)**, foram já lançados os processos de continuidade para as Instituições definidas pelo mesmo diploma. ■

Despacho n.º 9879/2017

Foi publicada no dia 11 de novembro de 2017, o Despacho n.º 9879/2017 que **determina a cessação da obrigatoriedade de aquisição, pelas entidades do SNS, de genéricos ou biossimilares**, equivalentes aos previstos nos anexos aos Despachos n.º 2326/2017, n.º 9586/2016 e n.º 10858/2015, e prevista no n.º 2 dos referidos despachos, ao abrigo dos contratos públicos de aprovisionamento (CPA), a partir da data em que sejam publicitados pelo INFARMED, I.P., medicamentos participados, ou com decisão de avaliação prévia de genéricos ou biossimilares, equivalentes aos previstos nos anexos aos despachos acima referidos. ■

Aquisição Centralizada 2017

Encontram-se disponíveis os valores apurados relativos à Agregação Centralizada de 2017, no Portal da Transparência, em www.sns.gov.pt/transparencia.

Os valores encontram-se representados num formato dinâmico, permitindo ao utilizador uma navegação mais interativa. ■



Acesso



Eficiência



Qualidade



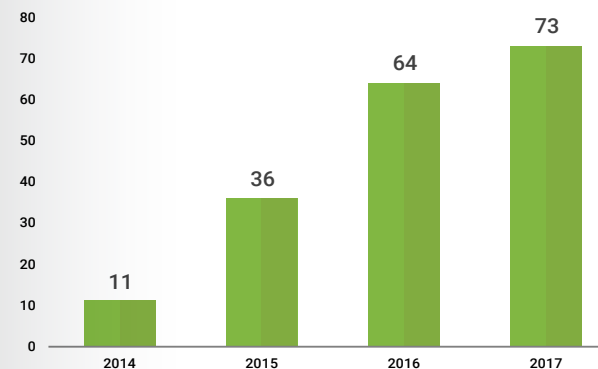
Saúde dos Portugueses



Acordo-Quadro de Medicamentos para a Hepatite C crónica

Encontra-se a decorrer o concurso público internacional, com vista à celebração de Acordo-Quadro para fornecimento de Medicamentos para a Hepatite C crónica, às Instituições e Serviços do Serviço Nacional de Saúde. **O prazo de apresentação de propostas termina a 27/12/2017.** ■

Acordos-Quadro da saúde em vigor



Soma dos Acordos-Quadro em vigor na área da saúde

